

Anistia pode adiar viagem de Leônidas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O drama do presidente José Sarney na Constituinte acabou com a fixação do mandato de cinco anos e ele viaja tranquilo para os Estados Unidos. O mesmo, porém, não se pode dizer com relação ao ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. Com viagem marcada para a China, a partir de quarta-feira, o ministro poderá adiar essa visita oficial por causa da votação da anistia aos militares cassados em 1964, prevista nas emendas do artigo 5º das Disposições Transitórias.

Além do possível cancelamento da primeira viagem de um ministro militar à China, depois do reatamento das relações diplomáticas entre os dois países, no final dos anos 70, o general Leônidas Pires Gonçalves ainda terá outros motivos para repudiar as Disposições Transitórias da Constituinte. O volume de gastos que o Exército terá com o pagamento de promoções de anistiados, atrasados, indenizações e pensões militares, até para quem esteve em Suez e São Domingos,

previstas, umas em emendas e outras no próprio texto do Centrão, se somarão às dores de cabeça com a estabilidade para seus 41 mil oficiais e praças temporários e seus médicos.

Os gastos de Cz\$ 200 bilhões previstos na área militar pesam menos do que os Cz\$ 520 bilhões calculados por setores econômicos do governo para pagamento de outra conta: a que será provocada pela eventual aprovação do perdão da correção monetária da dívida contraída por microempresários e pequenos produtores rurais durante a vigência do Plano Cruzado.

Há ainda outros pontos que assustam os ministros da área econômica: um deles trata da limitação dos juros reais na questão da dívida externa, prevista pelo constituinte Wilson de Souza (PMDB-SC), ou a suspensão sumária de qualquer pagamento, previsto numa outra emenda mais radical assinada por Aldo Arantes (PC do B-GO) e José Maurício (PDT-RJ). A segunda de Fernando Gasparian (PMDB-SP), escala o tabelamento da taxa de juros, já aprovado no texto permanente.



Sérgio Borges — 28-4-88

Alinear Monteiro — 28-05-87

Favores garantem o mandato de 5 anos

IARA DIAS

BRASÍLIA — Cada conversão de parlamentar dos quatro para os cinco anos de mandato para o presidente Sarney teve seu preço — e custou caro para o governo. O senador Aluizio Bezerra (PMDB-AC), por exemplo, mudou de posição por uma estrada em seu estado. O deputado Jorge Leite (PMDB-RJ) deu o seu voto por uma cota de exportação de aço. A maioria foi convertida pelo governador de seu estado (muitos passaram a semana em Brasília, ansiosos pela liberação de verbas do Planalto). "É dando que se recebe", era a máxima do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

Impossível avaliar quanto custou mais um ano de Sarney na Presidência. O convertido Osmir Lima (PMDB-AC) não escondia a alegria pela liberação de Cz\$ 17 bilhões destinados à habitação popular, infraestrutura de saneamento e extensão da Universidade Federal do Acre ao município de Cruzeiro do Sul, sua principal base. O deputado Ubiratan Aguiar (PMDB-CE) acreditava que o apoio unânime da bancada de seu estado à permanência de Sarney traria uma refinaria de petróleo. "Foi um apelo do governador Tasso Jereissati à bancada para dar apoio administrativo ao governo que me fez mudar de ideia", explicou.

Fernando Lyra (PDT-PE) alertava: "São três deputados do PMDB de Pernambuco que vão votar com Sarney; o Nilston Gibson, que já está acostumado a fazer isso; o José Carlos Vasconcelos e o Fernando Bezerra Coelho, convertidos". Lyra demonstrava dúvidas

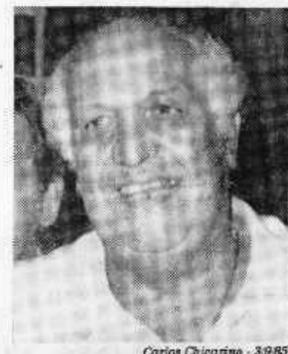
quanto aos motivos da troca de decisão dos dois deputados. "Essa história de ajudar o Miguel Arraes (governador de Pernambuco) é desculpa."

Na quarta-feira, véspera da votação do mandato, o deputado Paulo Silva (PMDB-PT), filho do governador do Piauí, Alberto Silva, confessava-se pressionado pelo governo. "Nosso estado arrecada pouco, mal dá para cobrir a folha de pessoal. Se votar pelos quatro, seremos mais penalizados", disse. Apesar disso, insistiu nos quatro.

A prática da distribuição de canais de rádio e de televisão a aliados políticos, exaustivamente adotada por Sarney desde 1985, cresceu nos últimos tempos. O deputado Milton Reis (PMDB-MG) ganhou uma rádio na cidade de Pouso Alegre. Reis lutou ferozmente para persuadir companheiros pelos cinco anos.

O neto de Tancredo Neves, Aécio Neves (PMDB-MG), surpreendeu ao votar pelos cinco anos. Recentemente, seu pai, Aécio Cunha, recebeu concessão de uma rádio na cidade de Viçosa. Theodoro Mendes (PMDB-SP) perdeu o interesse pelas diretas ainda este ano, depois de ganhar de Sarney uma rádio em Sorocaba.

Cardoso Alves sabe o que diz: políticos de suas relações, como o prefeito de Vinhedo, Henrique Augusto Ferragut, receberam favores. Ferragut conseguiu uma rádio no município. No final de maio, o vice-presidente do Banco do Brasil, Franceline Pereira, ofereceu cinco vagas na Acesa ao deputado Gil César, codenador da bancada peemedebista de Minas. Em troca, pediu cinco anos a Sarney. César, naturalmente, aceitou.



Carlos Chicarino — 3-9-85



Aécio Neves

Jorge Leite

Aécio Neves

Pensão leva a novo embate

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Depois de gastarem toda a munição no combate aos textos da ampliação da anistia, prevista em emendas, e da concessão de pensões aos ex-combatentes que ficaram guardando o litoral brasileiro durante a II Guerra Mundial, os assessores parlamentares descobriram, estarelecidos, que o embate das Forças Armadas nas Disposições Transitórias da Constituição promete novas surpresas.

É que, atrelada ao texto do Centrão, no artigo que concede pensão de 2º tenente (72 mil cruzados) aos febianos e aos ex-combatentes que guardaram as ilhas oceânicas e o litoral brasileiro durante a II Guerra Mundial, existe uma emenda que estende as mesmas vantagens e direitos aos participantes das Forças Expedicionárias Brasileiras na República Dominicana, em 1965, e no Canal de Suez, a partir de 1956.

Trata-se de um destaque da autoria do deputado Alexandre Puzyna, do PMDB. Uma das primeiras providências que o Exército pretende tomar, através de seus assessores parlamentares, é tentar convencê-lo a retirar essa emenda da votação do artigo 20º das Disposições Transitórias. Se isso não for possível, mesmo porque a emenda propõe igualmente uma melhoria no texto constitucional que aprovou pensão de três salários mínimos para os seringueiros e seringueiristas (soldados da bor-

racha mobilizados durante a II Guerra), só restará ao Exército acionar seu lobby individual.

Surpreendido com a emenda de Puzyna, o Exército não conseguiu ainda computar os gastos reais que terá, caso a proposta seja aprovada. Afinal de contas, por recomendação da ONU, inúmeros batalhões de voluntários de todas as regiões do País se deslocaram para a área de conflito. E durante dez anos, ou seja, até 1967, as tropas brasileiras se revezaram em Suez, no intuito de evitar conflitos entre árabes e israelenses.

Para São Domingos, integrando uma força interamericana de paz, criada e organizada pela OEA, o governo Castello Branco enviou tropas com mais de três mil militares do Exército e do Corpo de Fuzileiros Navais, que permaneceram aquartelados durante 18 meses na República Dominicana (de 1965 a 1966).

O Exército calcula em 25 mil — só da II Guerra Mundial e de São Domingos — o número de pensionistas militares a serem beneficiados pela Constituinte, sem falar nos milhares de voluntários que estiveram em Suez, e nos anistiados de 1964.

País carente de guerras, o Brasil revela, através dos constituintes, que quer tratar com carinho seus últimos guerreiros. Aprovadas essas vantagens, dificilmente o governo brasileiro se aventurará numa outra intervenção em conflitos de outros países, tal o volume de pensões com as quais terá de arcar.

Banqueiros reforçam "lobby"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O governo acha que vai custar Cz\$ 520 bilhões e ele mesmo acabará pagando a conta. Mas os autores da emenda dizem que são Cz\$ 183 bilhões, e que os bancos ficarão com o prejuízo. É a discussão da emenda que perdoo a correção monetária das dívidas que microempresários e pequenos produtores rurais fizeram durante o Plano Cruzado, que será votada nas disposições transitórias da nova Constituição.

Mas há outros pontos polêmicos, como a questão da dívida externa, por exemplo. O constituinte Wilson de Souza (PMDB-SC) quer limitar os juros reais que o País pagará anualmente a 3% do principal da dívida; outro peemedebista, o gaúcho Irája Rodrigues, segue o exemplo do presidente peruano Alan García e limita os pagamentos do serviço da dívida a 15% do valor das exportações.

Aldo Arantes (PC do B-GO) e José Maurício (PDT-RJ) propõem a suspensão sumária de qualquer pagamento a partir da promulgação da nova Constituição. Os pagamentos não serão retomados enquanto uma comissão mista do Congresso não concluir um exame "analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo do poder público brasileiro".

Outra emenda, do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), torna gradual a limitação das taxas de juros reais a 12% ao ano, já aprovada no texto permanente. A emenda

da Gasparian estabelece que a taxa será tabelada em 20% ao ano no momento da promulgação, e cairá 2% a cada trimestre, até chegar aos 12% ao final de um ano.

O perdão da correção monetária para as dívidas de pequenos empresários e agricultores foi duramente atacado pelo ministro da Fazenda, Malson da Nóbrega, em pelo menos três entrevistas, na semana passada. Os bancos também se organizam para intensificar seu lobby contra a medida, agora que foi definido o mandato do presidente Sarney.

Mas os autores da emenda — o senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e os deputados Humberto Souto e Ziza Valadares, ambos do PMDB de Minas — contestam os números do governo e afirmam que o perdão é uma medida de justiça para com as "vítimas do Plano Cruzado".

Mansueto esteve sexta-feira no Banco Central recolhendo dados. Por mais que tentasse, não conseguiu chegar a custos maiores do que os Cz\$ 183 bilhões, garante. A Fazenda, por seu lado, calculou no mínimo em Cz\$ 520 bilhões os custos, apenas da emenda original de Humberto Souto.

Ultrapassadas as disposições transitórias, falta ainda votar em segundo turno todo o novo texto constitucional. Os alvos para os lobbies, aí, são claros: os banqueiros tentarão derrubar o tabelamento dos juros, e os empresários em geral farão pressão contra as conquistas sociais e trabalhistas.



Para Matheus, a vitória foi dele e do povo

CURITIBA
AGÊNCIA ESTADO

Na sexta-feira, dois programas de rádio transmitidos em grande parte do território brasileiro tiraram um tom particularmente eufórico devido à aprovação do mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Além, obviamente, da *Conversa ao Pé do Rádio* do presidente com os brasileiros e brasileiras, também o *Musical Evangélico*, transmitido diariamente pelas rádios Marumbá, de Curitiba e Florianópolis, louvava a mesma conquista na voz do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR).

A audiência de Iensen é bem menor que a de Sarney, mas tem aumentado muito desde que o deputado, afirmando estar cumprindo um desejo de Deus, apresentou à Constituinte a emenda garantindo os cinco anos de mandato. "Foi uma vitória minha e do povo brasileiro", disse Iensen, depois de agradecer as orações dos ouvintes em seu apoio.

Iensen, membro da Igreja Assembleia de Deus há 43 anos, acredita à força das preces grande parte dos 328 votos que aprovaram sua emenda. Aos incrédulos que queriam votar para presidente, ainda este ano, avisou: "Daqui a uns 120 dias eles vão saber que estou certo. A população não é como nós, que estamos no Congresso e temos o dever de zelar, com nossas ações, pelo bem de todo o povo".

Locutor e cantor com mais de 20 elepês gravados com hinos religiosos, Iensen foi eleito graças aos votos da comunidade evangélica. E nega que a emenda dos cinco anos tenha sido tudo o que realizou na Constituinte: afirma ter apresentado 124 emendas, 50 das quais já aprovadas.

Emenda faz de Villani uma celebridade

CURITIBA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Basílio Villani (PTB-PR) ganhou notoriedade por ter colaborado na aprovação do mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Assim como Matheus Iensen (PMDB-PR), com quem articulou a fusão de emendas responsável pela vitória, Villani era um desconhecido até 1986, quando apareceu na chapa de candidatos do PMDB do Paraná, recomendado pela direção do banco Bamerindus, a maior instituição financeira do estado e o terceiro maior banco privado do País.

O Bamerindus foi o responsável pela transformação surpreendente, de continue a constituinte, na vida deste, natural de Santo Antônio da Platina, no Norte do Paraná. Patrocinando uma campanha milionária, o banco fez do funcionário exemplar — então diretor-adjunto — um candidato forte, capaz de conseguir cerca de 60 mil votos.

O grande investimento por pouco não acabou frustrado: logo depois das eleições, Villani foi processado pelo Partido da Juventude, acusado de abuso do poder econômico. O PJ alegou que funcionários do Bamerindus haviam sido deslocados para os comitês eleitorais do candidato e que até os computadores do banco tinham sido usados na campanha. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná aceitou a denúncia e cassou o mandato de Villani poucos dias antes da diplomação dos eleitos. A posse na Constituinte só foi garantida por uma liminar do Tribunal Superior Eleitoral, que até hoje não deu um resultado final para o processo.

Na Constituinte, o deputado foi bem recebido pelos conservadores da bancada do PMDB e pelo grupo que mais tarde formaria o Centrão. Sua experiência no ramo financeiro fez dele um tesoureiro do bloco suprapartidário e peça importante nas negociações com os progressistas. Hoje, assume oficialmente a presidência do diretório do PTB de seu estado, partido a que se integrou levado pelo ex-governador Jaime Canet, grande acionista do Bamerindus.



Derrotados, Cardoso e Covas formam partido

EYMAR MASCARO

Campeões do voto em 1986, os senadores paulistas Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso foram dois dos grandes derrotados na Constituinte com a aprovação do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Agora, vão para o novo partido que os históricos do PMDB estão criando. Ambos alimentam sonhos altos na vida pública.

A origem de Covas é a *Baixada Santista*, reduto que se notabilizou pela cerrada oposição aos regimes militares. Foi cassado, preso e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos em nome do AI-5. A história de Cardoso é diferente: em 1974, por ter sido informado de que seria também preso, escolheu o auto-exílio e foi lecionar em universidades famosas no Exterior, como a Sorbonne, de Paris. Os dois são considerados brilhantes: Covas quando faz política e Cardoso, do ponto de vista intelectual.

UM VITORIOSO

Mário Covas é apontado como opção da nova legenda para disputar a sucessão de Sarney em 1989, mas continua afirmando que seu objetivo é ser governador de São Paulo, como sucessor de Orestes Quércia. Foi vitorioso desde que iniciou sua carreira política, em 1962, quando, jornalista, se elegeu deputado federal pelo Partido Social Trabalhista (PST), reelegendo-se em 1966 pelo MDB, que ajudou a fundar, após a extinção dos partidos pelo AI-2. Antes, tentou, sem êxito, a Prefeitura de Santos.

A liderança do PMDB na Constituinte tem dado muita dor de cabeça a Covas. E muita dor no coração. Depois do enfarte que sofreu em plena campanha para o Senado em 1986, teve de recorrer aos conselhos médicos da equipe do dr. Adib Jalene, para verificar se as três pontes de safena implantadas estavam em ordem. Proibido de fumar os antigos quatro maços de cigarros diários, é vítima de um stress tão grande que, nos dias de votação, é visto com um cigarro apagado rolando pelos cantos da boca.

Em 1982, foi escolhido vice do então governador Franco Montoro, mas uma jogada conjunta do MR-8, PC do B e PCB, posta em prática durante a convenção, o substituiu por Orestes Quércia. Assim, teria de se contentar com a Câmara dos Deputados, se não tivesse sido indicado prefeito "bônico" de São Paulo por Montoro. Com mais de sete milhões de votos recebidos em 1986, é candidato natural à sucessão de Quércia.

UM INTELLECTUAL

Fernando Henrique Cardoso ainda não definiu se quer continuar como senador ou tentar um cargo no Executivo. Filho de um general do Exército que lutou pelo monopólio da Petróbrás, Leônidas Cardoso, ele é, talvez, o político mais preparado intelectualmente de São Paulo e um dos mais brilhantes do País, mas se perde quando faz política. Na campanha para a Prefeitura, em 1985, por exemplo, jogou fora uma vitória que o PMDB tinha como certa ao perder para Jânio Quadros, um candidato com quase 70 anos, sem partido, sem estrutura e sem máquina. Ao contrário de Jânio, Cardoso tinha partido, duas máquinas trabalhando a seu favor — a do governo do Estado e a da própria Prefeitura — e muito dinheiro para sua campanha. Perdeu, embora por uma diferença mínima de 150 mil votos.

A carreira política de Fernando Henrique começou em 1978: embora perdendo a eleição ao Senado, ele sabia que assumiria a mesma cadeira com a eleição de Montoro ao governo de São Paulo em 1982. Reeleger-se em 1986 também com uma espantosa votação, superior a sete milhões de votos. E, atualmente, líder do PMDB no Senado. Mas foi um dos primeiros a tocar a trombeta anunciando que deixaria o partido. Por esse motivo, foi chamado de "quinta-coluna" pelo governador Orestes Quércia. Seu nome consta de uma lista preparada pelos articuladores do novo partido para concorrer à Prefeitura da Capital, novamente.

Convertidos admitem pressão

BRASÍLIA — Os constituintes defensores do mandato presidencial de quatro anos, mas que votaram em cinco, primaram pela apatia. Não formaram claque, não obstruíram a votação, não participaram do pinga-fogo. Simplesmente se converteram. Assumido o compromisso de traír a própria consciência em troca de favores, viveram um único grande momento na histórica quinta-feira: levantar o dedo, apertar o botão e registrar seu "sim" no painel eletrônico.

"Me violentei", admitiu o deputado Ivo Vanderlinde, um peemedebista de Santa Catarina, visivelmente constrangido pela responsabilidade de ter garantido a Sarney mais um ano de governo. Do outro lado do plenário — enquanto quatrocentistas e cinco-centistas convictos travavam uma batalha cerrada —, o deputado Fernando Bezerra Coelho, convertido do PMDB de Pernambuco, esperava apenas o momento de votar, lendo tranquilamente um jornal.

O único sinal de emoção surgiu depois de apertar o botão. Afalto, Bezerra levantou-se, olhou o imenso painel do lado direito do auditório e suspirou aliviado: "Tudo bem, meu nome saiu!" E revelou que votou "de birra" a favor dos quatro anos quando a Cons-

tituinte definiu o tempo de mandato para os futuros presidentes.

"O Planalto entrou em atrito, no ano passado, com o Dorani Sampaio, presidente do PMDB de Pernambuco", dizia o deputado. Sampaio era superintendente da Sudene e acabou afastado do cargo por divergências com o Planalto. "Votei a favor de quatro anos, então, por causa da briga." Feitas as pazes entre PMDB pernambucano e o Planalto, através da intervenção de Thaies Ramalho, que assumiu a assessoria especial, Bezerra reconsiderou e voltou aos cinco anos.

"Questão sentimental"

Já Vanderlinde se violentou atendendo ao apelo do governador de seu estado, Pedro Ivo. "Optei pelos cinco anos por questão sentimental. Foi solidariedade ao Pedro." Defensor intransigente da permanência de Sarney por quatro anos na Presidência, da coincidência de eleições para todos os cargos e do final do processo de transição democrática com eleição direta para presidente ainda neste ano, pronta a nova Constituição, Vanderlinde se converteu.

"O Pedro fez um apelo a toda bancada pelos cinco anos. Ele herdou um estado endividado, cheio de problemas. Para colocá-lo em ordem, depende do benefício do Planalto. Precisa de verbas", justificava Vanderlinde. Durante algum tempo, ficou afastado do governador, constrangido com a situação. Na semana passada, cedeu às pressões: "O Pedro precisa de Brasília para administrar o estado".

Já o deputado mineiro Mauro Campos, um bem-sucedido empresário do PMDB, defendia tanto os quatro anos para presidente que rompeu com o partido em março, quando a Constituinte optou por cinco anos. Agora, sem partido, aguardando a formação da nova legenda "que irá resgatar as bandeiras históricas do PMDB", quer mais um ano para essa reestruturação. Por isso, resolveu deixar Sarney governar mais um tempo. I.D.



Pedro Ivo Campos

Maciel prevê falta de apoio ao presidente

"A Rússia vai realizar eleições presidenciais antes do Brasil", ironizou ontem, no Recife, o senador Marco Maciel (PFL), lamentando a demora da transição política do País, agora retardada com a votação dos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney.

Um ano a mais de mandato complica a vida de Sarney, observou ainda Maciel: "Além da falta de apoio público, há falta de base parlamentar, que será um castigo para o governo, pois uma coisa é conseguir uma aprovação destas com estruturas partidárias, outra é conseguir através de apoios isolados como aconteceu". Maciel tem pressa também na realização de eleições municipais e não admite seu adiamento.

CASA CENTRO
CERTEZA DO MELHOR NEGOCIO

O MELHOR NEGOCIO EM TV É AQUI.

Atacado e Varejo. **SHARP** E SOLGAR

Shopping Center Norte lja. 147/149 e filiais. Tel.: (011) 298-9066